

COLONIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ (1940-2000)

Colonization and urbanization of the West Region of Paraná State (1940-2000)

Cleverson Alexsander REOLON¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica demográfica do espaço meso e intramesorregional do Oeste do Paraná a partir da última fase de sua ocupação até o final do século, ou seja, desde a década de 1940 a 2000. Os indicadores demográficos denotam um rápido processo de ocupação da região, apontando também para a tendência crescente de sua urbanização, que já atingiu cifra bastante elevada, superior à do estado do Paraná, inclusive. Conclui-se que se deve atentar à qualidade desse processo de urbanização, especialmente dos municípios que se caracterizam como áreas de concentração populacional.

Palavras-Chave:

Mesorregião Oeste do Paraná; ocupação da Mesorregião Oeste do Paraná; urbanização.

ABSTRACT

This paper aims at analysing the demographic dynamics of the West Region of Paraná State starting from the last phase of its occupation until the end of the century, in other words, since 1940 until 2000. The demographic indicators denote a fast occupation process of the region, suggesting a growing tendency of its urbanization, that already reached high value, superior of the Paraná State. It was concluded that it's better to be attempt for the quality of this process, especially for the municipalities that are considered areas with concentration of population.

Key Words:

West Region of Paraná State; occupation of the West Region of Paraná State; urbanization.

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), câmpus de Marechal Cândido Rondon. Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Unioeste, câmpus de Toledo. Correio eletrônico: clalex@ibest.com.br.

INTRODUÇÃO

De acordo com Piaia (2004), a ocupação do espaço atualmente caracterizado como Mesorregião Oeste do Paraná atravessou quatro fases distintas. A primeira decorre da ocupação indígena, que se espalhou também por boa parte do território sul-americano. A segunda fase diz respeito ao período em que os jesuítas se instalaram na região, no intuito de promover as reduções. A terceira fase, iniciada a partir do fim do século XIX, decorreu da introdução do sistema *obragero*, cujo objetivo era a exploração da madeira e erva-mate regionais. Finalmente, a quarta fase refere-se à ocupação implementada pelas companhias colonizadoras.

O objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica demográfica dos municípios da Mesorregião Oeste do Paraná a partir da última fase de sua ocupação até o final do século, ou seja, desde a década de 1940 a 2000, respaldando-se nas taxas geométricas de crescimento de suas populações total, urbana e rural, relacionando-se tais indicadores com as respectivas conjunturas apresentadas no período correspondente.

A “MARCHA PARA O OESTE” E O PAPEL DAS COMPANHIAS COLONIZADORAS NA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO MESORREGIONAL

Desde que se têm registros estatísticos da população, aos quais se possam atribuir algum crédito de confiabilidade, nota-se que, entre os anos de 1872 até meados da década de 1910, a população imigrante representou parcelas expressivas do incremento populacional do Brasil, estando, o ápice desse processo, compreendido entre os anos de 1891 e 1900, quando as imigrações foram responsáveis por 23,37% do incremento populacional do país (IBGE, 1960).

A partir de meados da década de 1910 houve um arrefecimento das migrações para o Brasil e a taxa de imigrantes passou a diminuir gradativamente, a ponto de representar apenas 1% do incremento populacional durante a década de 1940. Não obstante, a redução da dinâmica do movimento migratório de estrangeiros foi contrabalançada pelo processo migratório interno em direção às áreas interioranas do país. No bojo desse processo é que, de maneira mais acentuada, ocorre a

ocupação da Mesorregião Oeste do Paraná, fomentada, sobretudo, pelo movimento iniciado durante o governo de Getúlio Vargas, denominado “Marcha para o Oeste” (GREGORY, 2002).

A Marcha para o Oeste foi um movimento implementado a partir da década de 1930, com o intuito de “horizontalizar quistos étnicos, econômicos e sociais”, ou seja, fazer os brasileiros, até então muito presentes somente no litoral do país, “circularem para o Oeste, a fim de que todos, de uma forma ou de outra, estivessem presentes no grande todo” (WACHOWICZ, 1982, p. 144). Sendo assim, a Marcha para o Oeste contribuiu sobremaneira para a ocupação do espaço que, até então, era conhecido como “sertão paranaense”, cujo domínio era exercido pelos *obrageros*¹, sobretudo argentinos, que exploravam ilegalmente a erva-mate e madeira nativas da região (WACHOWICZ, 1982).

Essa exploração das riquezas naturais se dava em consonância aos abusos contra a força de trabalho (os *mensus*), de origem majoritariamente paraguaia. Os *mensus* trabalhavam num regime de, pode-se dizer, escravidão implícita, já que recebiam um soldo, supostamente calculado sobre a contribuição que era capaz de oferecer ao produto da obra (WACHOWICZ, 1988).

Nota-se, a partir daí, que o regime econômico das obras estava assentado no capital argentino e na exploração tanto da mão-de-obra paraguaia quanto das reservas naturais brasileiras.

Embora as obras fossem um empreendimento tipicamente argentino, seu desenvolvimento fora facilitado no Brasil porque, em meados do século XVIII, o governo imperial brasileiro assinou um acordo de navegabilidade com a Argentina e o Paraguai no intuito de garantir o acesso à província de Mato Grosso, já que a via fluvial era o único meio de se chegar até ela – entrando na foz do Rio da Prata e navegando a montante deste e do Rio Paraná (WACHOWICZ, 1988). Em contrapartida, a Argentina garantiu o direito de navegar o Rio Paraná, desde a foz do Rio Iguazu até as Sete Quedas, facilitando o transporte ilegal da erva-mate e madeira, extraídos do Brasil, em direção à Argentina (WACHOWICZ, 1988).

A erva-mate era consumida em larga escala no território platino, enquanto a madeira, além de ser utilizada na Argentina, também era exportada para os Estados Unidos e o Canadá (COLODEL, 2002).

1 O *obragero* era o proprietário da obra, isto é, um empreendimento econômico baseado no latifúndio extrativista e em relações de trabalho de “servidão” (GREGORY, 2002, p. 89).

Esse contrabando, realizado desde fins do século XIX, foi, durante muito tempo, aparentemente ignorado pelas autoridades do Brasil, que destinavam escassos recursos à alfândega sediada na colônia militar de Foz do Iguaçu², tornando mais propensa a corrupção dos fiscais. Conforme Wachowicz (1982), os referidos fiscais eram tão mal remunerados que, aqueles que se dispunham a atuar em tal atividade, o faziam mais por favor do que pela própria necessidade de obtenção de renda.

Dessa forma, mais do que um contratempo ou intruso, os argentinos, com seus vapores, eram vistos como redentores do isolamento a que estava fadado o povo brasileiro que habitava a comarca de Foz do Iguaçu, pois, de acordo com Silveira Neto (1995 *apud* PIAIA, 2004), representavam o único meio de os habitantes da comarca adquirirem as mercadorias, necessárias ao consumo, que não eram produzidas no local.

Segundo Wachowicz (1988), até meados da década de 1920, o Oeste era uma fronteira desnacionalizada, sendo que, em Foz do Iguaçu, o português era falado apenas pelos funcionários públicos e a moeda circulante era o peso argentino. Porém, Lima Figueiredo (1937, *apud* PIAIA, 2004) afirma que, mesmo em meados da década de 1930, predominavam, entre a população iguaçuense, os idiomas guarani e castelhano.

A situação de miséria e abandono dessa região foi, finalmente, revelada com a Revolução de 1924 (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988), quando os combatentes se embrenharam em árduos conflitos em seu interior e redondezas. Mais tarde, alguns beligerantes dessa refrega integraram o quadro de servidores do governo de Getúlio Vargas, propondo a indexação da fronteira ocidental paranaense ao conjunto de áreas a serem ocupadas sob a bandeira da Marcha para o Oeste (WACHOWICZ, 1982).

Considerando-se os objetivos, propriamente ditos, da Marcha para o Oeste – primeiramente a extração da madeira e, em seguida, a produção agrícola (GEIGER, 1994) –, pode-se dizer que a fronteira ocidental paranaense constituía um local apropriado para o desenvolvimento de tais atividades.

Um outro possível fator que motivou a ocupação dessa região, apontado por Gregory (2002), foi a ne-

cessidade de ampliação da fronteira agrícola do país, já que, com a dificuldade de importação de muitos produtos em face da Segunda Guerra Mundial, o Brasil passou a desenvolver sua indústria de base, motivando a urbanização do país e, com isso, teria ampliado sua demanda por alimentos.

No intuito de ocupar o Oeste do Paraná, fora decretado, em 1930, que o quadro funcional das empresas instaladas na região deveria ser composto por, no mínimo, dois terços de brasileiros, dificultando sobremaneira o ingresso e permanência de estrangeiros nessa faixa de fronteira (GREGORY, 2002). Outras medidas adotadas foram o desenvolvimento do Programa Rodoviário Marcha para o Oeste, que resultou na construção da BR-035, inaugurada em 1944, e a criação do Território Federal do Iguaçu, em 1943 (SPERANÇA, 1992).

A criação do Território Federal do Iguaçu não era algo bem-visto pelo governo do Paraná, a despeito das conseqüências que tal ação poderia resultar, como a iminente interligação rodoviária entre a faixa litorânea e o Oeste do estado – representado pela construção da BR-035 –, aspirada pelos paranaenses desde o segundo reinado (ESTANTE PARANISTA, 1976, *apud* PIAIA, 2004).

Uma explicação plausível para não se concordar com a criação do Território Federal do Iguaçu talvez recaia sobre a privação da possibilidade de exploração das riquezas naturais da região Oeste pelos capitalistas paranaenses, o que poderia impedir o estado de obter futuros ganhos de receita pública.

Independentemente dos anseios do governo do estado do Paraná, o Território do Iguaçu, como já explicitado, foi criado e, segundo Ribas (1938, *apud* SPERANÇA, 1992, p. 121), seria governado por um oficial do exército ou marinha, com “atribuição para regular a utilização das terras devolutas e promover o povoamento e localização de colonos, de modo a atender aos interesses nacionais”.

Todavia, conforme Wachowicz (1982), esses interesses nacionais pareciam estar muito mais vinculados à expansão do capital e da colonização gaúcha do que à satisfação da nação.

Mas mesmo que a verdadeira intenção da criação do Território Federal do Iguaçu não tenha sido de

2 Conforme Bernardes (1953, p. 341), a colônia militar de Foz do Iguaçu foi criada em 1888, com o objetivo de “garantir a posse do território em face da questão de limites com a República Argentina”. Todavia, a autora afirma que tal colônia “pouco ou nenhuma influência teve no povoamento da faixa ribeira do Paraná, já então ocupada, dispersamente, por elementos de várias origens” (BERNARDES, 1953, p. 342).

3 A BR-035 possuiu o mesmo traçado da atual rodovia BR-277, ou seja, ligava Paranaguá e Foz do Iguaçu, passando por Cascavel (SPERANÇA, 1992).

4 O Território Federal do Iguaçu abrangia as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e região Oeste de Santa Catarina, tendo Foz do Iguaçu como sua primeira capital transferida para Laranjeiras do Sul em 1944 (SPERANÇA, 1992).

fato motivada por interesses escusos, a promoção da ocupação da Mesorregião Oeste Paranaense agradou, pelo menos, a três esferas da população gaúcha: os capitalistas, os pequenos proprietários de terra ou camponeses e os latifundiários. Aos capitalistas porque o processo planejado e sistemático de ocupação da faixa de fronteira ocidental paranaense seria promovido, especialmente, com o apoio das companhias colonizadoras de terras gaúchas (WACHOWICZ, 1982); aos camponeses gaúchos porque eles também seriam privilegiados caso as companhias colonizadoras fossem gaúchas de fato, e, tendo em vista que, desde o final do século XIX, eles vinham sofrendo com o esgotamento do solo (WAIBEL, 1979) e com a insuficiência de terras face ao aumento da população de agricultores (BERNARDES, 1953; WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988), isso representava uma possibilidade de reproduzirem-se socialmente (SANTOS, 1978); e, obviamente, agradava aos latifundiários na medida em que se reduzia a pressão sobre a estrutura agrária do Rio Grande do Sul (COLODEL, 2002).

A despeito da efemeridade do Território Federal do Iguçu, extinto em 1946, instalaram-se, na Mesorregião, inúmeras imobiliárias, cujo capital era, na maior parte das vezes, gaúcho, como previsto (WACHOWICZ, 1988). Da mesma forma, a procedência gaúcha dos imigrantes também foi privilegiada pelas colonizadoras, cujo fato pode ser, em parte, ilustrado pelos dados do Censo Demográfico de 1970: dos imigrantes que permaneciam na Mesorregião Oeste Paranaense na década de 1970, as maiores parcelas correspondiam à população proveniente do estado do Paraná (57,43%), seguido por Rio Grande do Sul (17,94%) e Santa Catarina (12,35%) (IBGE, 1970). Tais estatísticas também demonstram que, em Marechal Cândido Rondon e Medianeira, os imigrantes gaúchos superavam os paranaenses em número, representando, respectivamente, 52,91 e 47,02% das pessoas não nativas desses municípios (IBGE, 1970).

Segundo Gregory (2002), as principais colonizadoras que atuaram na região foram: a Madeireira Colonizadora Rio Paraná (MARIPÁ); a Pinho e Terras, com as seções Piquiri, Céu Azul, Porto Mendes e Lopeí; a Industrial Agrícola Bento Gonçalves; a Colonizadora Matelândia; e a Colonizadora Criciúma. Essas companhias foram criadas “para se dedicarem à exploração da madeira, à mercantilização de terras, ao comércio e à indústria” (GREGORY, 2002, p. 93). Porém, entre todas, a Maripá foi a única a se destacar pela credibilidade.

De acordo com Westphalen, Machado e Balhana (1988, p. 19),

a colonização, organizada pelas companhias, fundada na venda de pequenos lotes agrícolas aos interessados diretamente no cultivo da terra, supunha, entretanto, uma engrenagem, um suporte jurídico-contábil, de segurança recíproca entre os que pagavam e recebiam terras e outros benefícios, e os colonizadores que recebiam pelas terras e pelos serviços complementares que prestavam.

Essa segurança, segundo as autoras, era legitimada mediante o contrato de compra e venda dos lotes. No entanto, como em outras regiões do estado, ocorreram muitos litígios por terra no Oeste do Paraná, pois muitas áreas devolutas ou mesmo com títulos de posse legalizados foram ocupadas por grileiros – colonizadoras inclusive –, resultando em sérios conflitos entre as partes interessadas, como os ocorridos em Guaraniaçu e Guaíra, nos anos de 1955 e 1956 (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1988). Os autores afirmam que a colonizadora Maripá foi a única, no Oeste do Paraná, que ofereceu aos seus clientes as condições de segurança e tranquilidade em relação ao contrato de posse da terra. Niederauer (2004) explica que isso ocorreu porque a Maripá adquiriu, em 1946, a gleba da antiga Fazenda Britânia, cujo ex-proprietário, a Companhia de Maderas del Alto Paraná, havia efetuado a compra da área diretamente do governo do Paraná mediante autorização da Assembléia Legislativa do estado, estando (a compra), portanto, ratificada por lei.

Mesmo diante de todos os problemas de litígio de terras, o êxito das colonizadoras pode ser percebido se se levar em consideração o extraordinário aumento da população e da infra-estrutura regional⁵ ocorrido pouco tempo após o início da ocupação implementada pelas companhias. Para Swain (1988, p. 19),

o Paraná, que oferecia aos migrantes dos anos quarenta e cinquenta condições favoráveis para a aquisição de terras e uma eventual prosperidade econômica, com seus programas de colonização bem definidos e organizados, transformou-se a partir dos anos 60.

De fato, pode-se dizer que o conteúdo geográfico da Mesorregião Oeste Paranaense alterou-se sobremaneira a partir desse período, sobretudo em virtude das ações do Governo, federal especialmente, resultando num rápido processo de crescimento e urbanização de alguns municípios.

5 Pelo menos no que se refere a Maripá, conforme Oberg (1960, *apud* PIAIA, 2004, p. 168), é um erro considerá-la “apenas como uma companhia vendedora de terras e uma empresa industrial [...] a companhia criou quase todo o investimento social na forma de estradas, facilidades de transporte, hotéis e as primeiras casas residenciais”.

É necessário ponderar, no entanto, que essa transformação não ocorreu apenas no Paraná, mas em todo o Brasil. Isso porque, de acordo com Almeida (2003, p. 389), o governo passou a investir na ampliação da infra-estrutura produtiva, permitindo a interligação das diferentes regiões do país, e isso proporcionou a intensificação do movimento para o interior do território, que passava a integrar uma “nova divisão social e territorial do trabalho, acompanhada pela redistribuição das atividades econômicas e da população”. Todavia, a Mesorregião Oeste do Paraná, que nos anos de 1940, quando passou a ser ocupada, era efetivamente rural, atualmente conhece uma situação completamente adversa, com taxa de urbanização que supera a do país.

CRESCIMENTO POPULACIONAL E URBANIZAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ (1960-2000)

As taxas de crescimento e urbanização da Mesorregião Oeste do Paraná evoluíram bastante entre 1960 e 2000, período em que a população total, de acordo com os respectivos Censos Demográficos, passou de 135.677 para 1.138.582 pessoas. Isso se deveu a alguns fatores peculiares a esse espaço regional e a outros, que também afetaram o interior do Brasil, principalmente, de um modo geral. Aos primeiros podem ser relacionadas à construção da Ponte da Amizade em Foz do Iguaçu, à reestruturação e pavimentação da BR-277 e, especialmente, à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e, por conseguinte, o alagamento de seu reservatório. Aos fatores mais gerais, pode-se associar a modernização agrícola e, em corolário, a concentração da estrutura fundiária.

É importante explicitar que a política externa adotada pelo Brasil, indiretamente, acabou contribuindo para o crescimento populacional da região Oeste, uma vez que, a partir de meados da década de 1950, Brasil e Paraguai buscaram reatar as relações bilaterais interrompidas com o início da Guerra do Paraguai. O resultado dessa reaproximação entre os dois países foi a construção da Ponte da Amizade, inaugurada em 1965 (PERIS, 2002).

Desde o século XVI o Paraguai já aspirava por uma forma de ligação com o oceano Atlântico. Assim, a construção da ponte, juntamente com a reestruturação e pavimentação da BR-277, inaugurada em 27 de março de 1969, ligando o país ao porto de Paranaguá,

não somente satisfaz o nosso vizinho Paraguai como também colaborou com a dinamização da economia de todo o Oeste paranaense, fomentando seu processo de urbanização, cuja taxa geométrica cresceu 16,77% ao ano entre 1960 e 1970, sendo, portanto, bastante superior à verificada para o estado do Paraná (6,73%) e para o país (5,22%).⁶ Contudo, o crescimento da população rural do Oeste (19,21% ao ano) foi ainda superior ao de sua população urbana, indicando que, nesse período, ainda não haviam cessado, completamente, as grandes frentes de migração rural que passaram a se dirigir à região a partir de meados da década de 1940.

Com efeito, posteriormente ao término das obras da rodovia BR-277, foi iniciada a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em 1975, fato que contribuiu sobremaneira para a consolidação do eixo de desenvolvimento Cascavel–Foz do Iguaçu, uma vez que o município de Cascavel tornou-se um grande fornecedor de bens e serviços auxiliares à construção da usina (PERIS, 2002). Pode-se dizer que, com a conformação desse eixo e também em virtude do gradativo fortalecimento do eixo de desenvolvimento compreendido entre Cascavel e Guaíra (PERIS, 2002), o município de Cascavel, como já indicava, passou a afirmar-se como pólo regional de desenvolvimento e integrar a rede nacional de cidades no âmbito da produção e da distribuição de bens de consumo e serviços, tornando-se uma ponte, para os municípios de seu entorno, de acesso aos bens produzidos externamente à região, conforme indica o estudo Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil (2000).

Soma-se à construção da Usina de Itaipu o forte processo de mecanização e automação pelo qual passou o setor agrícola paranaense nesse período. No Oeste do Paraná, esse processo foi “marcado pela introdução maciça, no campo, de avançadas técnicas de cultivo, de substituição de culturas alimentares pela produção de commodities e de alterações radicais nas relações de trabalho” (IPARDES, 2003, p. 24).

Tais fatores impulsionaram ainda mais a urbanização, marcada pelo esvaziamento da população do campo, de forma que, assim como as taxas do Brasil e do Paraná, pela primeira vez, na Mesorregião Oeste, nota-se uma diminuição da população rural, atingindo uma taxa de decréscimo de 2,33% ao ano entre 1970 e 1980. Por outro lado, as taxas de incremento anual da população urbana, que corresponderam a 12,48% na região, novamente superaram as do Brasil (4,44%) e do Paraná (5,97%). Merecem destaque os municípios de Foz do Iguaçu – *locus* da construção da Usina

⁶ Todas as taxas geométricas de crescimento anual da população dos municípios da Mesorregião Oeste do Paraná apresentadas neste trabalho possuem o IparDES (2004) como referência.

de Itaipu –, Corbélia, São Miguel do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Cascavel, cujas populações urbanas cresceram a taxas maiores do que as registradas para a região.

Já na década de 1980, o fechamento das comportas da Usina de Itaipu condicionou a elevação do nível das águas do Rio Paraná e, conseqüentemente, o alagamento de extensas áreas habitadas e cultivadas, que se estendiam por cerca de 170 quilômetros ao longo do curso do rio, entre o Paraguai e o Brasil.

Os municípios brasileiros atingidos pelo alagamento promovido pela construção da barragem foram Guaíra, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu. Mazzarollo (2003) destaca que o município de Santa Helena foi o que sofreu a maior perda territorial, tendo 31,73% de suas terras submersas, enquanto o município de Foz do Iguaçu foi o que teve a maior perda de terras cultivadas: 33% de sua produção agrícola foram cobertos pelas águas. Porém, estima-se que Guaíra tenha sido o município mais prejudicado: além de ter perdido um importante atrativo turístico – as Sete Quedas e parte do Parque Nacional –, ainda teve submersa boa parte de sua infra-estrutura turística e urbana.

Na verdade, é difícil precisar o quanto a formação do lago da Usina de Itaipu impactou sobre os índices de urbanização da região, porém, em virtude do número de pessoas atingidas – 42.444 habitantes no total, sendo 38.445 do meio rural e 3.999 do meio urbano (SOUZA, 2002) –, é plausível a hipótese de que esse fato tenha repercutido sobre a estrutura da ocupação territorial do Oeste paranaense.

Concomitantemente ao processo de luta pela terra, desencadeado pelos agricultores atingidos pela barragem de Itaipu, ocorreu o movimento pela reforma agrária, promovido pelos camponeses expropriados do meio rural⁷, devido a sua impossibilidade de arcar com os custos da modernização do setor agrícola.

De fato, comparativamente aos dados do Censo Agropecuário de 1985, realizado pelo IBGE, os dados de 1996 denotam que houve um processo de concentração da estrutura fundiária na Mesorregião Oeste do Paraná. O tamanho médio dos estabelecimentos da região se ampliou de 25,97 para 29,11 hectares no período, apesar de ter diminuído o percentual da área total ocupada pelos estabelecimentos de 1.000 ou mais hectares, que passou de 10,70 para 9,55%.

Conforme Kleinke, Deschamps e Moura (1999), a concentração da estrutura fundiária repercute não somente sobre o proprietário do imóvel como também afeta o pessoal ocupado na atividade agropecuária, ocasionando a diminuição da força de trabalho efetivamente ocupada nesse setor. Nesse sentido, a liberação da população rural da Mesorregião Oeste, em virtude da concentração fundiária, provavelmente seja a maior causa dos fortes incrementos de população urbana experimentado, principalmente, pelos três maiores centros da região – Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo – entre os anos de 1980 e 2000.

As taxas de crescimento populacional desses municípios, entre os anos de 1980 e 1991, com exceção de Ibema, são as maiores da Mesorregião, representando 3,90% ao ano para Foz do Iguaçu, 2,91% para Cascavel e 2,57% para Toledo. Essas taxas, embora não sejam muito altas em comparação ao crescimento da Mesorregião Oeste vivenciado nos decênios anteriores, permanecem acima das taxas de crescimento da população total do estado do Paraná (0,93%) e do Brasil (1,93%) e, pode-se afirmar, foram elas as responsáveis pelo crescimento da população absoluta da região (a taxas de 0,51% ao ano), tendo em vista que a maioria dos demais municípios conheceu taxas geométricas de crescimento anual negativas nesse período.

A propósito do intervalo compreendido entre os anos de 1991 e 2000, a população total da Mesorregião cresceu a taxas mais elevadas do que no período anterior, correspondendo a 1,28% ao ano. Porém, percebe-se que a população urbana aumentou a taxas menores que entre os anos de 1980 e 1991, representando 2,77% de crescimento ao ano. Nota-se, também, um recrudescimento das perdas populacionais do meio rural que haviam marcado a década anterior, fazendo com que a taxa geométrica passasse de 4,47 para 3,51% de decréscimo anual.

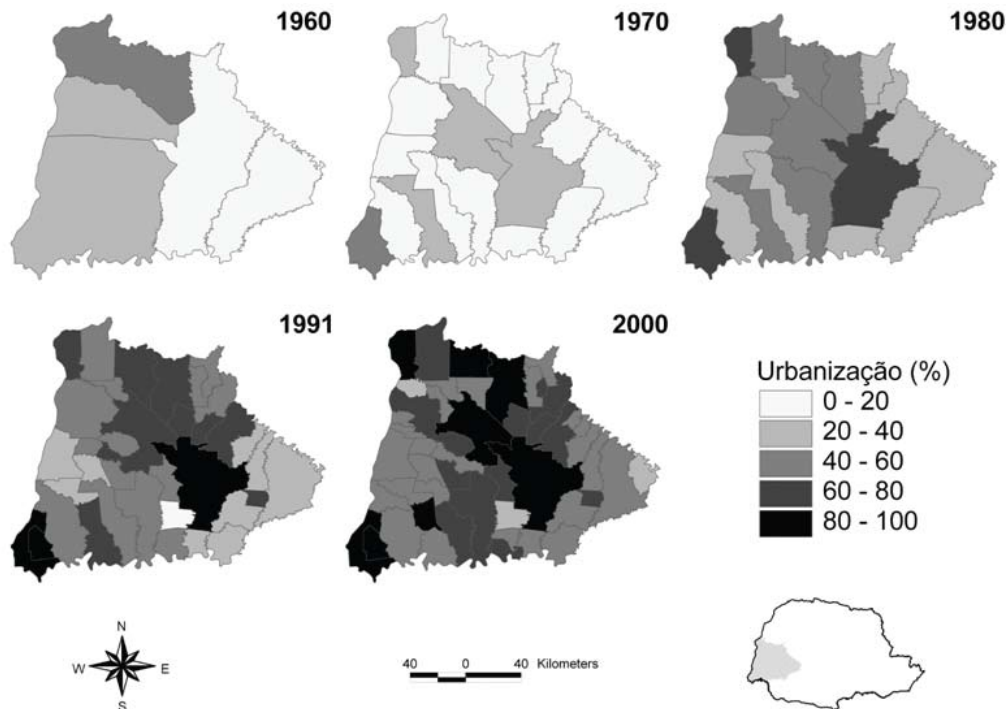
De um modo geral, conclui-se que a Mesorregião Oeste está em franco processo de reestruturação da configuração de sua ocupação territorial, mesmo após terem cessado os impactos provocados pelos grandes empreendimentos estatais. Isso quer dizer que os índices de urbanização, que se mostraram crescentes entre 1960 e 2000 (Figura 1; Anexo 1), tendem a se ampliar, até porque, como demonstram os indicadores do Censo de 2000, muitos municípios ainda contam com uma população rural bastante superior à mediana intra-regional (42,34%), tais como Diamante do Sul (69,53%), Mercedes (67,53%), Lindoeste (61,73%), Serranópolis do Iguaçu (59,32%), Três Barras do Paraná (58,29%), Campo Bonito (55,93%), Braganey (55,10%) e Ramilândia (54,65%), por exemplo.

7 Para se ter uma idéia, em 1985, o Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura advertiu que “mais de sete mil propriedades rurais foram vendidas, em 1984, nas regiões de Cascavel e Toledo” (SPERANÇA, 1992, p. 257).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É difícil imaginar que, algum dia, todos os municípios da Mesorregião Oeste irão atingir taxas de urbanização tão elevadas quanto as apresentadas atualmente por Foz do Iguaçu, principalmente, ou até mesmo Cascavel, embora a tendência aponte para a continuidade do processo de concentração espacial da população nas cidades, seguindo, conforme sugere Souza (2005), o padrão demográfico-comportamental apresentado pelo país de um modo geral.

FIGURA 1 – URBANIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ (1960-2000)



FONTE: IBGE, Censos Demográficos; BASE CARTOGRÁFICA: IBGE (2003), modificado; ELABORAÇÃO: REOLON, Cleverson A.

Mesmo assim, deve-se atentar à qualidade desse processo de urbanização por que vem passando os municípios da região. Segundo Moura (2004), o rápido e intenso processo de urbanização vivenciado no Paraná, entre as décadas de 1970 e 2000, implicaram não apenas a dinâmica da organização do espaço das cidades, como também as condições de vida dos habitantes das mesmas. De acordo com a autora, a ausência de fortes investimentos em infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos voltados à atenção das demandas da sociedade, “privou grandes e crescentes contingentes de moradores, de serviços de saneamento básico, saúde, educação e transporte público” (MOURA, 2004, p. 38).

Na Mesorregião Oeste do Paraná, esse cuidado deve ser tomado, sobretudo, pelos municípios de Cascavel, Toledo e entorno e Foz e municípios adjacentes, pois são nessas áreas da região que as taxas de urbanização demonstram ser mais elevadas. E isso ocorre porque esses municípios se caracterizam, conforme o Ipardes (2002), como áreas de concentração populacional, contrastando com outras imensas áreas de esvaziamento situadas na própria Mesorregião.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Eliza. Refuncionalização da metrópole no período técnico-científico-informacional e os novos serviços. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 389-400.
- BERNARDES, Lysia Maria C. O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, ano 15, n. 3, p. 335-377, jul./set. 1953.
- CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil. *Redes urbanas regionais*: Sul. Brasília: IPEA, 2000.
- COLODEL, José Augusto. Cinco séculos de história. In: SILVA, Gerson Henrique da; BUHÕES, Ronaldo; PERIS, Alfredo Fonseca. *Mesorregião Oeste Paranaense: diagnóstico e perspectivas*. Cascavel, 2002. p. 1-47. Relatório Final de Pesquisa, resultado do Convênio n. 5577/98 entre a Itaipu Binacional e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Publicado em 2003 pela Edunioeste sob o título “Estratégias de desenvolvimento regional: região oeste do Paraná”.
- GEIGER, Pedro. Regiões fronteira no Brasil. *Anuário do Instituto de Geociências*, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 17, p. 53-64, 1994.
- GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- IBGE. *Malha Cartográfica Digital do Brasil, 2005*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 1/10/2006.
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1960.
- IBGE. *Anuário Estatístico do Paraná*. Rio de Janeiro, 1970.
- IBGE. *Banco de dados – SIDRA*. Disponibiliza acesso aos dados de diversas pesquisas realizadas pelo IBGE, como: Censo Demográfico, Censo Agropecuário, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, etc. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 1/10/2005.
- IBGE. *Censo Agropecuário do Paraná*. Rio de Janeiro, 1985.
- IBGE. *Sistema de Recuperação de Informações Georreferenciadas – Estatcart*. Versão 2.1. Rio de Janeiro, 2003. 1 CD-ROM.
- IPARDES. *Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional*. Curitiba, 2002. 1 CD-ROM.
- IPARDES. *Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense*. Curitiba, 2003.
- IPARDES. *Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses*. Curitiba, 2004.
- KLEINKE, Maria de Lourdes; DESCHAMPS, Marley Vanice; MOURA, Rosa. Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origem distinta e destinos convergentes. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, IparDES, n. 95, p. 27-50, jan./abr. 1999.
- MAZZAROLLO, Juvêncio. *A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- MOURA, Rosa. Paraná: meio século de urbanização. *Revista RA'E GA*, Curitiba, UFPR, n. 8, p. 33-44, 2004.
- NIEDERAUER, Ondy Hélio. *Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso*. 2. ed. Toledo: Tolegraf, 2004.
- PERIS, Alfredo Fonseca. *Trilhas, rodovias e eixos: um estudo sobre desenvolvimento regional*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- PIAIA, Vander. *A ocupação do Oeste Paranaense e a formação de Cascavel: as singularidades de uma cidade comum*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.
- SANTOS, José Vicente T. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SOUZA, Edson Belo Clemente de. *Estado: produção da região do Lago de Itaipu*. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2002.
- SOUZA, Marcelo José Lopes. *ABC do desenvolvimento urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.
- SPERANÇA, Alceu A. *Cascavel: a história*. Curitiba: Lagarto, 1992.
- SWAIN, Tânia Navarro. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTINI, Catherine (Org.). *Fronteiras*. Brasília: UnB; Paris: Orstom, 1988.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1988.
- _____. *Obrageros, mensus e colonos: história do Oeste Paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982.
- WAIBEL, Léo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Supren/IBGE, 1979.
- WESTPHALEN, Cecília; MACHADO, Brasil L.; BALHANA, Altiva P. Ocupação do Paraná. *Cadernos de migração*, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, v. 3, p. 4-43, 1988.

ANEXO

MAPA 1 – MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ, DE ACORDO COM OS MUNICÍPIOS (2000)



BASE CARTOGRÁFICA: IBGE (2006); ELABORAÇÃO: REOLON, Cleverson A.